

# política

## Edson Brum toma posse como conselheiro do TCE

Vaga assumida por ex-deputado é uma das 4 indicadas pela Assembleia

/ TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Marcus Meneghetti  
marcus@jornaldocomercio.com.br

O ex-deputado estadual e secretário de Desenvolvimento Econômico Edson Brum tomou posse ontem a sessão como conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Além dos membros da corte de contas, a cerimônia contou com a presença de deputados estaduais e do governador Ranolfo Vieira Júnior (PSDB).

Brum assumiu a vaga decorrente da aposentadoria do conselheiro Algir Lorenzon, que estava presente na solenidade. Após se aposentar em março do TCE, Lorenzon - que foi deputado estadual pelo MDB por quatro mandatos até os anos 1980 - assumiu como conselheiro da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (Agergs).

A cadeira que ficou vaga com a saída de Lorenzon era uma das quatro indicações da Assembleia Legislativa. A indicação de Brum coube à bancada do MDB. Os deputados aprovaram a indicação no plenário.

Em seu discurso, Brum afirmou que a sua atuação será pautada pelos princípios expressos na Constituição Federal. “A existência de mecanismos de controle de cada Poder, citando os controles interno, hierárquico, supervisional, finalístico e autocontrole, não afasta a necessidade de um controle externo a ser exercido por uma instituição autônoma e independente, que tem o objetivo cla-



VINICIUS REIS/DIVULGAÇÃO TCE-RS/JC

Brum disse que atuação será pautada pelos princípios da Constituição

ro de fiscalizar a atividade financeira do Estado”, analisou o papel do TCE.

O governador disse que considera a natureza da composição dos Tribunais de Contas importante para a atuação das instituições, porque equilibra o conhecimento técnico e jurídico com a vivência pública de ex-parlamentares e ocupantes de outros cargos políticos.

Dos sete conselheiros da corte, quatro são indicados pela Assembleia; um é escolhido pelo governador; e dois são oriundos do corpo técnico do próprio tribunal. Das indicações técnicas, uma é feita pelo Ministério Público de Contas, que apresenta uma lista com três nomes ao governador, para que ele escolha um dos indicados; e a outra é feita pelos auditores substitutos de conselheiro, que também submetem uma lista tripla ao governador.

Ranolfo também afirmou não ter dúvida de que “o conselheiro Edson Brum irá enriquecer ainda mais as decisões do nosso TCE”. Cezar Miola destacou “a belissi-

ma e rica trajetória do novo conselheiro”. Fazendo referência ao discurso de despedida de Edson Brum da Assembleia Legislativa, Miola frisou alguns temas então mencionados pelo empossado, como a defesa do ensino técnico, do setor primário, da economia e da infraestrutura.

“Há muito o que fazer, também nesta casa, a respeito de tais pautas. Apenas que sob outro viés, não menos relevante, qual seja, o do controle da Administração Pública. Aqui trabalhamos para que as deliberações de quem é investido pela legitimidade democrática, o Poder Legislativo e os governos, e traduzidas no orçamento, se materializem. É uma outra face de um sábio arranjo constitucional só possível em ambientes democráticos e pautados pela responsabilidade dos agentes públicos”.

Encerrando a cerimônia, o presidente do tribunal, Alexandre Postal - que, assim como Brum e Lorenzon, construiu sua carreira política no MDB - deu boas-vindas ao novo conselheiro e ex-colega de bancada emedebista.

## Pesquisa avalia segurança digital na esfera pública

Especialistas em Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas do Estado (TCE) realizaram um levantamento por meio de um questionário junto a órgãos jurisdicionados para conhecer a estrutura da Segurança da Informação (SegInfo) e da Segurança Cibernética (SegCiber) na administração pública do Estado.

O objetivo do levantamento foi incentivar a boa prática da Tecnologia da Informação e obter um panorama dessas áreas na estrutura pública.

O processo contou com mais de 90% de adesão, as questões envolviam eventos de segurança ocorridos nos últimos 24 meses, preocupação básica com Segurança da Informação e Segurança Cibernética, existência de Política de Segurança da Informação (PSI), existência de Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e estratégias de tratamento e mitigação de vulnerabilidades.

O relatório realizado por meio da análise das respostas

determinou os entes que adotaram as práticas de estruturação da instituição, com a definição de um setor, cargo ou função formalmente responsável por tratar da SegInfo e da SegCiber e a formalização da Política de Segurança da Informação tiveram um número muito menor de incidentes de segurança.

Os entes da esfera estadual contaram com maior adoção destas práticas e obtiveram resultado superior aos entes da esfera municipal.

## Ex-diretor e ex-supervisor da EGR são presos por suspeita fraude

/ INVESTIGAÇÃO

Luciane Medeiros  
luciane.medeiros@jornaldocomercio.com.br

Dois ex-gestores da Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR) - um ex-diretor e um ex-supervisor - foram presos ontem durante a Operação Nossa Praça, que investiga irregularidades nos contratos de praças de pedágio mantidas pela estatal. Há suspeita de crimes contra a administração pública, corrupção ativa, corrupção passiva, direcionamento de licitação ao mesmo grupo empresarial, formação de cartel, superfaturamento e sobrepreço.

Durante a ação, foram cumpridos dois mandados de prisões temporárias e oito mandados de busca e apreensão em Porto Alegre e São Leopoldo nas residências e locais de trabalho de investigados de quatro

investigados. Além da sede da EGR, foram cumpridos mandados de busca e apreensão também na Secretaria Estadual de Logística. Nas buscas, foram apreendidos documentos, mídias, celulares e dólares.

A operação foi deflagrada pela Polícia Civil e Ministério Público do Rio Grande do Sul com apoio da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage) e do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic). A investigação começou a partir de uma notícia levada ao MP sobre a revogação de uma licitação de praças de pedágio que estava em andamento em 2021.

Rafael Ariza, advogado de Marcelo Gazen, ex-diretor da EGR preso temporariamente na operação, disse que a sua gestão foi pautada pela legalidade. Em nota, a EGR informou que está colaborando com a investigação.

## A licitação para as praças de pedágio da EGR

O certame (Edital 022/2020, Pregão Eletrônico 016/2020) teve seu andamento regular até a determinação de suspensão “sine die”, ocorrida em 20 de abril de 2021, apenas quatro dias após a chegada do novo diretor-presidente da EGR. No dia 7 de julho de 2021, o investigado e na época diretor-presidente encaminhou o procedimento à Assessoria Jurídica da EGR solicitando manifestação quanto à possibilidade de revogação da licitação, haja vista a existência de contratos em vigor e considerando a iminente concessão das rodovias e das respectivas praças de pedágio à iniciativa privada.

Tal revogação foi materializada fora dos padrões de normalidade da prática de atos administrativos, em absoluta desconformidade com as decisões e pareceres emanados pela Assessoria Jurídica da EGR, pela Procuradoria-Geral do Estado e pela própria Secretaria Estadual de Transportes e Logística, indicando seu desvio de finalidade.

## Deputados aprovam prorrogação de contratos emergenciais na saúde

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Marcus Meneghetti  
marcus@jornaldocomercio.com.br

Os deputados aprovaram por unanimidade, na sessão de ontem da Assembleia Legislativa, dois projetos do governo do Estado que prorrogam o contato de servidores públicos em caráter emergenciais. Um deles, que autoriza a prorrogação de contratos emergenciais de 22 trabalhadores do IPE-Saúde, foi aprovado com 48 votos favoráveis. Com o mesmo placar, foi prorrogado 62 contratos temporários na Secretaria Estadual da Saúde.

O deputado Pepe Vargas (PT) anunciou o voto favorável de sua bancada às duas proposições, mas alertou que elas não são suficientes para enfrentar a precarização que atinge a área da saúde. Ele revelou

que o IPE-Saúde conta com apenas 121 funcionários para atender cerca de um milhão de usuários, enquanto a Unimed tem 1200 agentes administrativos para realizar o atendimento de 600 mil clientes.

“O IPE-Saúde conta com 40 servidores efetivos, 17 cedidos, 12 CCs, 23 requisitados e 25 temporários. Isso explica porque há agências fechadas no interior e dificuldades imensas no atendimento ao público”, revelou, lembrando que o Regime de Recuperação Fiscal obstaculizou o concurso público que estava em andamento para o órgão.

Dr. Thiago Duarte (União), que é médico, alertou que, além da falta de servidores, a direção do IPE-Saúde precisa rever os valores pagos aos médicos. Segundo ele, a taxa da visita médica, em caso de cirurgia, não cobre a tarifa do estacionamento do hospital.